



Anais da Assembléia

N. 11

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 12 DE MARÇO DE 1986

ANO XII

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 7.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 1986.
QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, secretariada pelos Senhores Deputados Quielse Crisóstomo e Rubens Bueno.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zannusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edilson Alencar, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gerente Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Djalma de Almeida César)
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Mensagem:

MENSAGEM N.26/86

Curitiba, 10 de março de 1986

Senhor Presidente.

Em adiantamento à Mensagem n.2, de 12 de fevereiro próximo passado e como substitutivo ao anteprojeto de lei por ela encaminhado, tenho a honra de passar

às mãos de Vossa Excelência o anexo novo texto para ser apreciado por essa Augusta Casa de Leis em relação aos vencimentos do funcionalismo civil e militar do Estado.

A proposta de aditamento ora formulada decorre do fato de que após o envio da referida Mensagem n. 2/86 a esse Poder, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República ter baixado o Decreto-Lei n. 2.283, de 27 de fevereiro de 1986, dispondo sobre a instituição de nova unidade do sistema monetário brasileiro e adotando outras várias medidas, entre as quais um novo salário mínimo, bem como critérios para reajuste de vencimentos, soldos, salários, pensões e proventos.

Diante dessa nova realidade as normas da legislação estadual sobre tal matéria deverão ser amoldadas aos mandamentos legais contidos no mencionado Decreto-Lei, daí resultando a necessidade, oportunidade e elevado significado de que se reveste a presente proposição.

Certo de que a medida merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N. 04/86

Art.1.^o - O índice de 80,12% (oitenta vírgula doze por cento) correspondente à majoração de vencimentos e vantagens do funcionalismo público estadual concedida pela Lei n. 8.210, de 30 de dezembro de 1985, fica acrescido, a partir de 1.^o janeiro de 1986, de mais 9,23 (nove vírgula vinte e três) pontos percentuais, perfazendo um total de 89,35% (oitenta e nove vírgula trinta e cinco por cento).

Art.2.^o - Aos funcionários públicos civis e militares do Estado, inclusive aposentados, reformados e pensionistas, aplicar-se-á o disposto nos artigos 19 a 23 do Decreto-Lei n. 2.283, de 27 de fevereiro de 1986.

Parágrafo Único. Para a apuração do valor médio da remuneração real dos últimos seis meses, na forma do Decreto-Lei referido neste artigo, tomar-se-á o vencimento, soldo, ou valor básicos do cargo, posto, graduação ou pensão, fixados pelas Leis ns. 8.122, de 08 de julho de 1985 e 8.210, de 30 de dezembro de 1985, com o acréscimo previsto no artigo anterior.

Art. 3.^o - O Chefe do Poder Executivo baixará decreto atualizando as tabelas de vencimentos e o valor das vantagens atin-

gidas por essa lei.

Art. 4.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1.º de janeiro de 1986, em relação ao artigo 1.º e a partir de 28 de fevereiro de 1986 em relação ao artigo 2.º.

Art. 5.º. Revogam-se as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a substituição do seu nome em todas as Comissões Técnicas Permanentes desta Casa, quer na condição de Titular, quer na de Suplente, pelo nome do Deputado Rubens Bueno, tendo-se em vista que o signatário assumiu o cargo de Líder da Bancada e do Governo.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1986.

(a) NESTOR BAPTISTA

Líder do Governo e PMDB

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedido Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 25/85, oriundo de Mensagem Governamental de n. 02/86, que trata do reajuste do funcionalismo civil e militar do Estado.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1986.

(a) NESTOR BAPTISTA

Líder do Governo e PMDB

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que as Sessões Plenárias dos dias 18 e 19 de março do ano em curso, sejam suspensas para que os nobres Deputados desta Casa de Leis, possam participar do Fórum de Debates sobre IRRIGAÇÃO E REFLORESTAMENTO, promovido pela Coordenadoria de Estudos e Promoções Especiais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1986.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações pela passagem do 22.º (vigésimo segundo) aniversário do Município de TELÊMACO BORBA, a ser comemorado no próximo dia 21 (vinte e um) do mês em curso.

Requer, outrossim, que da decisão da Mesa seja dado conhecimento ao Executivo e Legislativo daquele Município, que vem se destacando a cada ano que passa como um dos mais progressistas municípios paranaenses.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1986.

(a) PÉRICLES PACHECO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que após ouvido o douto Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações pela passagem do aniversário do Município de Tibagi, a ser comemorado no próximo dia 18 (dezoito) do mês em curso.

Requer, outrossim, que seja dado conhecimento ao Executivo e Legislativo daquele Município, que mantendo as suas características de origem, vem se destacando no cenário paranaense como um dos Municípios de maior desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1986.

(a) PÉRICLES PACHECO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão, votos de congratulações dirigidos ao conjunto dos estudantes da Universidade Federal do Paraná, do Curso de Arquitetura e Urbanismo, participantes da XI Conferência Latino Americana de Escolas e Faculdades de Arquitetura, com conseqüente encaminhamento aos jovens Anelise Horstmann, Fernanda Sánchez Garcia, Gislene de F. Pereira, Mara Regina Paludo, Maria Francisca S. Cury, Mirian Gomes L. Silva, Silvana Wethermann e Weber Schimiti.

Em Buenos Aires, Argentina, no período de 09 a 14 de setembro do ano passado, aconteceu a XI Conferência Latino Americana de Escolas e Faculdades de Arquitetura. O evento foi considerado, tanto pelos organizadores como pelos participantes, um salto qualitativo no que diz respeito as propostas, traduzidas principalmente nos trabalhos apresentados pelos jovens estudantes, exatamente pela inequívoca preocupação social em cada país lá representado.

Com a incumbência de representar não

somente a Universidade Federal do Paraná, mas também nosso Estado como um todo, os estudantes do referido Curso conquistaram o 1.º e 2.º prêmios. Uma posição que reflete muito mais que as boas condições do Curso, mas sobretudo o interesse, a dedicação, o trabalho em conjunto e a competência daqueles estudantes.

Assim sendo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não poderia deixar de requerer minhas congratulações aos estudantes ora mencionados; bem como solicitar o devido e justo registro nos Anais deste Poder, da íntegra do trabalho que recebeu a primeira colocação, conforme o tema proposto: "Ensino e Pesquisa sobre a Contribuição do Arquiteto na Solução do Problema do Sem-abrigo na América Latina", cabendo ressaltar, ainda, não se trata de um trabalho meramente teórico, mas uma consequência da pesquisa de campo, fator indispensável quando deve tratar-se das questões diretamente referentes às relações sociais.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido nos Anais da Sessão Plenária de hoje, voto de louvor à Editora e Publicidade Quitandinha Ltda., na pessoa de seu Diretor Sr. José Santana Pinto, pelo lançamento da primeira edição do Jornal "A VOZ DE QUITANDINHA".

Requeiro, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à Empresa acima citada.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1986.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Previdência, encarecendo a autorização para maior cota de internamento hospitalar para a Municipalidade de Boa Esperança.

A presente reivindicação baseia-se em levantamentos realizados pelo Ilustríssimo Senhor Doutor Francisco Peixoto Sobrinho. Responsável pela Chefia dos Postos de Saúde naquele Município, além de profundo conhecedor dos problemas relativos ao atendimento médico público, ele afirma ser da maior importância o aumento da cota de internamento através do INAMPS.

Trata-se, pois, de uma justa preocupação, uma vez que, efetivamente, o aumento da cota de internamento permitirá atender

a um maior número de pessoas, notadamente os previdenciários de menor poder aquisitivo.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, encarecendo a construção de duas novas salas de aula no Colégio Estadual Adauto da Silva Rocha - Ensino de 1.º e 2.º Graus, localizado no Distrito Administrativo de Luiziana, pertencentes a Municipalidade de Campo Mourão.

São muitos os transtornos enfrentados pelos integrantes daquele conceituado e tradicional estabelecimento de ensino de Luiziana, ante a ausência de significativo espaço físico. Em razão do aumento de matrículas que, ano após anos tem ocorrido, as instalações têm sido insuficientes, comprometendo, de certo modo, até mesmo o bom andamento das atividades de aprendizado.

Faz-se necessário, num menor espaço de tempo, pôr fim a difícil situação do referido Colégio, conforme manifestação neste sentido do Ilustríssimo Senhor Diretor Daniel Fernandes de Moraes.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor-Superintendente da SUREHMA - Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, no sentido da perfuração de um poço artesiano na localidade de Tereza Breda, pertencente a Municipalidade de Barbosa Ferraz.

Há muito tempo que o povo trabalhador de Tereza Breda tem convivido com os problemas relativos a falta de água suficiente para o seu abastecimento. Segundo o Excelentíssimo Senhor Sebastião Gonçalves Ferreira, integrante do Poder Legislativo de Barbosa Ferraz, afirma não ser mais suportável continuar tal situação.

É preciso, neste sentido, que imediatamente seja perfurado um novo poço, compatível com o número de ligações hoje existentes.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1986.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida do Ilustríssimo Senhor Presidente do BANESTADO - Banco do Estado do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, visando o desenvolvimento de estudos para a implantação de um posto avançado no Distrito Administrativo de Salles de Oliveira, pertencente a Municipalidade de Campina da Lagoa.

Ao longo de sua existência, o Distrito de Salles de Oliveira tem contribuído, de maneira destacada e indispensável, no desenvolvimento do Município de Campina da Lagoa, possuindo inúmeras áreas de cultivo agrícola e de criação de animais, tanto para corte como para lactação.

Tal realidade sócio-econômica, compreendendo também seu expressivo comércio, raz com que sua infra-estrutura seja, efetivamente revista, conforme manifesta o Excelentíssimo Senhor José Aparecido Felix, integrante do Poder Legislativo Municipal.

Neste sentido, a implantação de um posto avançado do BANESTADO é de vital importância. Primeiramente pelo fato de que evitará os inúmeros transtornos atualmente verificados, face ao deslocamento que a população desenvolve até a sede; sendo que o segundo aspecto, além da comodidade, é a própria segurança que existirá, permitindo também que muitas pessoas passem a ter sua movimentação bancária, fato que hoje não ocorre.

Pelas razões expostas, é de se esperar que essa instituição financeira, juntamente com essa Pasta, determine a imediata realização de estudos, para avaliar a possibilidade de concretizar esta justa aspiração do laborioso povo de Salles de Oliveira.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, visando a construção de uma sala para o funcionamento da secretaria do Colégio Estadual Santo Inácio de Loyola - Ensino de 1.º e 2.º Graus, localizado na Municipalidade de Fênix.

Nos dias de hoje, o setor burocrático,

tanto a nível de secretaria, direção e assistência ao educando, vem funcionando precariamente. A falta de espaço, de certo modo, compromete uma organização a altura daquele educandário.

Assim sendo, de acordo com manifestação do Ilustríssimo Senhor Diretor Celso Tomé da Silva, aguarda-se dessa Pasta um pronunciamento favorável a respeito do assunto ora exposto, visto tratar-se de uma justa solicitação.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Ilustríssima Diretora-Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido da urgente liberação de cem carteiras para o Colégio Estadual Padre Antônio Vieira - Ensino de 1.º e 2.º Graus, localizado na Municipalidade de Engenheiro Beltrão.

Além do estado atual de várias carteiras, muitas sem as mínimas condições de uso ou de recuperação, pelo menos cem novas precisam ser enviadas para aquele tradicional estabelecimento de ensino. Tal solicitação há muito tempo vem sendo formulada, visto que o problema já decorre de tempos anteriores, ampliando-se ainda mais, face ao elevado número de estudantes regularmente matriculados para este ano letivo.

Deste modo, conforme apelo do Ilustríssimo Senhor Diretor Antônio Rossi, é de fundamental importância atender a presente reivindicação, eliminando os problemas naquele educandário.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Nicolau Abagge, MD. Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, solicitando a instalação de um POSTO DE SERVIÇOS na região denominada Cinco Conjuntos, em Londrina.

Tal reivindicação baseia-se no fato de que naquele setor da cidade - zona norte - a população é de 80 mil pessoas. A ausência de um posto avançado do BANESTADO tem criado muitos problemas para a comunidade que precisa se deslocar 8 quilômetros até o centro da cidade.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1986.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Jesus Sarrão, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo a necessidade de se agilizar a conclusão das obras do novo prédio da Delegacia de Polícia de Cambé.

Tais medidas, urgentes, se justificam, pois as obras estão paralisadas há algum tempo, o que tem gerado protestos por parte da comunidade.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1986.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. Armando Jorge de Oliveira Carneiro, MD. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando a construção de um novo prédio para o FÓRUM do município de Cambé.

Tal medida se justifica em função da elevação da comarca à Entrância Intermediária, uma vez que as atuais instalações são acanhadas o que acarreta prejuízo no atendimento à população cambense.

Outrossim, informamos que o Prefeito Luiz Carlos Haully e a Câmara de Vereadores de Cambé encamparam a idéia e colocam-se à disposição do Egrégio Tribunal de Justiça.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1986.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja, encaminhado expediente ao Dr. Bayard Osna, MD. Diretor Geral da COBAL para o Estado do Paraná, sugerindo a implantação definitiva do Programa de Alimentação Popular naquele município.

A COBAL-PR com a nova orientação tem procurado descentralizar a linha de atuação, tanto é que uma Sucursal está sendo inaugurada em Londrina, o que virá facilitar a extensão do Programa em Cambé.

Como se sabe, o PAP oferece aos consumidores de baixa renda, uma linha de 12 produtos básicos a preços bem inferiores aos do mercado.

A implantação do PAP no Município de Cambé é uma velha aspiração do Prefeito Luiz Carlos Haully e dos Senhores Vereadores.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1986.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Gino Azzolini, Diretor Geral da Secretaria de Estado da Educação, solicitando medidas no sentido da criação de um Curso Supletivo no Colégio Vektor, no Município de Cambé.

O pedido fundamenta-se em dados irrefutáveis, pois o Município de Cambé conta atualmente com quase 80 mil habitantes e uma população estudantil expressiva.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1986.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente à Excelentíssima Senhora GILDA POLI ROCHA LOURES, Digníssima Secretária de Estado da Educação, solicitando a construção de um novo prédio, ou na pior das hipóteses de mais salas de aula, no Colégio Estadual "Dr. Cândido de Abreu", no Município de Cândido de Abreu.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1986.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual "Dr. Cândido de Abreu", necessita com a maior brevidade possível de um novo prédio ou na pior das hipóteses de mais salas de aula, para abrigar o fluxo de alunos matriculados neste ano letivo.

Informo, que atualmente, a referida escola conta com apenas 08 salas de aula, tendo no momento turmas com 50 alunos, dificultando sobremaneira, o desempenho do corpo docente, como também o aprendizado do aluno.

Face ao exposto, espera-se o imediato encaminhamento de medidas que possam resultar na concretização do presente pedido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Es-

tar Social, no sentido da construção de um posto de saúde na localidade de Taquarimbê, pertencente a Municipalidade de Araruna.

A presente solicitação é fruto de manifestação conjunta dos Ilustríssimos Senhores Doutores Romildo J. de Souza (Presidente da Câmara de Vereadores) e Genésio Bernardo (Chefe dos Postos de Saúde). Ambos afirmam ser da maior importância a construção de um posto de saúde em Taquarimbê, que, não contando atualmente com qualquer atendimento, principalmente emergencial, vivencia diversos transtornos, colocando em risco a vida de muitos.

Face à exposição de motivo, é de se esperar dessa Pasta um posicionamento favorável a pretendida reivindicação, que, sem nenhuma dúvida é perfeitamente justa.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1986.
(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Dr. Heins Georg Herwig, DD. Secretário de Estado de Transportes, no sentido de que Sua Excelência se digne determinar ao Departamento de Estradas de Rodagem que proceda estudos no sentido de que a estrada que liga os Municípios de Pinhão à Cruz Machado, passe a ser conservada pelo mesmo.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1986.
(a) DONATO GULIN

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 28/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Artigo 1.º - Para todos os efeitos legais é jornalista, no Serviço Público Estadual, todo profissional cujas funções no Estado se enquadrem, alternativa ou cumulativamente, nas descrições inúmeradas nos incisos I e IX do artigo 11 do Decreto Federal n. 83.284, de 13 de março de 1979.

Artigo 2.º - Os jornalistas profissionais que como tal exercem função pública nos termos do que dispõe o artigo 1.º desta lei, sob o regime do Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná - Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970 -, serão aposentados na forma da lei, com remuneração integral, quando contarem 30 (trinta) anos de serviço.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as

disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 12 de março de 1986.
(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

O jornalista que trabalha no Estado é, hoje, em alguns aspectos, um profissional de segunda classe. A ele são sonegados alguns dos mais importantes direitos já conquistados pela categoria.

Destes, os mais gritantes são dois: a exclusão de alguns tipos de jornalista, (como o repórter fotográfico, por exemplo), do enquadramento profissional na carreira pública, é o primeiro.

E o segundo é a aposentadoria aos 30 anos de serviços, conquista antiga da consagrada, inclusive, em Lei Federal (n. 3.259, de 13 de janeiro de 1959), para o restante da classe.

Essas duas injustiças gritantes é que se procura corrigir mediante o presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI 29/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Artigo 1.º - Fica declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGENTES DE SAÚDE EM ALCOOLISMO, com sede e foro no Município de Curitiba.

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1986.
(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de Utilidade Pública, vem se destacando junto a comunidade de nosso Estado e em particular no Município de Curitiba.

As suas atividades, conforme o relatório que anexamos ao presente, comprovam a sua efetiva e notada atividade em prol do desenvolvimento de suas atividades estatutárias.

A documentação que acompanha a presente proposição, comprova o preenchimento das exigências legais previstas pela Legislação Estadual, pertinentes à matéria.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N. 30/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica proibido em todos os estabelecimentos da rede Estadual de ensino de 1.º e 2.º Grau, bem como aos a ele vinculados, a cobrança de:

I - contribuição comunitária para alunos fora da faixa etária de 7 a 14 anos;

II - Material destinado a provas de exames; 1.º via de documentos, para fins de transferência, de certificados, ou diplomas de conclusão de cursos e de outros documentos relativos à vida escolar.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1986.

(a) SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

O artigo 138 da Constituição Estadual diz:

"O Estado organizará o seu sistema de ensino observando os princípios da Constituição Federal".

O artigo 176 da Constituição Federal diz em seu § 3.º, II, III:

§ 3.º - A legislação do ensino adotará os seguintes princípios e normas:

II - o ensino primário é obrigatório para todos, dos sete anos aos quatorze anos, e gratuito nos estabelecimentos oficiais;

III - o ensino será igualmente gratuito para quantos, no nível médio e superior, demonstrarem efetivo aproveitamento e provarem falta ou insuficiência de recursos;

A doutrina e a jurisprudência classificam as normas constitucionais em duas categorias: as "bastante em si" e as "não bastante em si".

Vicente Rão assim se expressa:

"Leis existem cuja disposição reveste todos os elementos necessários para sua entrada em vigor, enquanto outras exigem, para este efeito, a criação de novas regras jurídicas, complementares, suplementares, regulamentares, exigência que ora é expressa, ora tacitamente resulta da natureza ou sentido da disposição. As primeiras são ditas "bastante em si", as segundas "não bastante em si". Estas, antes da entrada em vigor das normas complementares, suplementares, ou regulamentares, não tem vigência por lhes faltar o elemento necessário à sua atuação". (O Direito e a vida do Direito - São Paulo, Max Lemonad, 1952, I vol. 343).

Pontes de Miranda, insigne jurista e homem de letras, afirma:

"Quando uma regra se basta por si mesma, para sua incidência, diz bastante em si. Quando, porém as regras jurídicas de regulamentação, porque sem a criação de novas regras jurídicas, que as contêm, não poderiam incidir e, pois ser aplicadas, dizem-se não bastante em si".

Regras programáticas são aquelas em que o legislador, constituinte ou não, em vez de editar uma norma de aplicação concreta, apenas traça linha pela qual se hão de orientar os poderes públicos. A legislação, a execução e a própria justiça ficam sujeitas a esses últimos ditames, que são como programas dados à sua função."

Fica claro que as normas dos incisos II e III são programáticas por serem "não bastante em si".

Como nas escolas oficiais o ensino é gratuito, não pode haver cobrança de taxa, mesmo que denominadas de contribuição comunitária.

Assim, deve ser eliminado dos estabelecimentos oficiais de ensino a chamada contribuição comunitária para alunos fora da faixa etária de 7 a 14 anos, a cobrança de taxas para a liberação de documentação expedida pelas escolas, e também dos materiais destinados a provas de exames, por se tratarem de abusos - ilegalidades.

O SR. PRESIDENTE (Edmar Luiz Costa) - Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado Sabino Campos.

O SR. SABINO CAMPOS - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"No início de 1984 apresentamos um projeto, nesta Casa de Leis, que determinava a proibição em todos os estabelecimentos da rede estadual de ensino da cobrança de taxas de matrícula, inclusive a denominada taxa da FUNDEPAR, contribuições pecuniárias para a merenda escolar, mensalidades para a caixa escolar ou para Associações de Pais e Mestres, materiais destinados a provas de exames, certificados, diplomas e outros documentos relativos à vida escolar.

Determinava também, a proibição sobre cobranças de eventuais locações das dependências escolares para pessoas ou entidades comunitárias e acabava de vez com a obrigatoriedade do uso do uniforme escolar nas escolas estaduais.

Este projeto, Senhores Deputados, obteve o apoio de toda a comunidade paranaense, principalmente dos professores e estudantes, e foi aprovado, por unanimidade, nesta Casa. Infelizmente, porém, foi vetado parcialmente pelo Governador José Richa. Foram eliminados os artigos que proibiam as taxas da FUNDEPAR e a cobrança de documentos expedidos pelas unidades de ensino.

Na época, a argumentação do Palácio para vetar estes dois artigos do projeto de lei foi a seguinte: embora considerassem de pequena monta os recursos oriundos da cobrança das taxas, consideravam também, que estes recursos atendiam as despesas miúdas e pronto pagamento nas esco-

las públicas, despesas que o Tesouro do Estado dificilmente poderia cobrir, a curto prazo, por falta de previsão orçamentária e mesmo de ausência imediata de recursos.

Pois bem Senhores Deputados, mesmo considerando que foi um grande avanço a aprovação dos outros itens do projeto de lei, acredito que este é o momento adequado para reapresentar, nesta Casa, os artigos vetados, ou seja, um novo projeto que já se encontra na mesa, que acabe com a taxa da FUNDEPAR e proíba a cobrança de documentos expedidos pelas escolas.

Considero o projeto justo, pois, a gratuidade no ensino deve ser estendida a todos os níveis e assumida como um dever do Estado, principalmente quando se trata de despesas de pequena monta para o Governo, como é admitido na própria justificativa do veto parcial feito pelo Palácio Iguaçu. Além disso, Senhores Deputados, não existe mais a justificativa de falta de previsão orçamentária, pois, a partir deste momento, os órgãos responsáveis pelo setor já podem preparar alternativas para que a eliminação das taxas não acarrete qualquer problema econômico às escolas. Precisamos lembrar também, que de forma alguma uma medida politicamente correta pode ficar na dependência de aspectos técnicos, sob pena de o Governo ser acusado de incompetente.

Mas, o principal, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é que o nosso Estado resgate completamente uma das maiores conquistas do nosso povo, sistematicamente violentada nos governos anteriores: a gratuidade do ensino.

Gratuidade, que além de ser um compromisso público assumido pelo PMDB, é uma medida fundamental para conter a evasão do ensino e para melhorar a sua democratização, pois, facilita a permanência dos alunos nas escolas, principalmente aqueles que possuem baixa renda.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, acredito na justeza dessa nossa proposição. Acredito também, que os nobres colegas não só apoiarão a medida, aprovando o projeto, como também lutarão para que desta vez o Executivo paranaense conceda um parecer favorável, pois, os beneficiados serão os paranaenses".

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Djalma de Almeida César)
- Concedo a palavra ao nobre Deputado Edgard Pimentel, inscrito.

O SR. EDGARD PIMENTEL - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Ao ocupar a tribuna, na tarde de hoje, desejo participar à Casa da decisão que

tomamos no dia 6 de fevereiro, depois de fazermos e realizarmos ampla consulta àqueles que responsáveis foram pela condução do mandato que nos foi outorgado, nas eleições de 1982.

Após realizarmos os mais diversos contatos com os amigos e companheiros, julgamos por bem filiar-mo-nos ao Partido da Frente Liberal. E, na tarde de hoje, para que os Anais da Casa possam testemunhar a nossa decisão, queremos comunicar aquilo que já podíamos ter feito desde o dia 1.º de março, mas que as condições de saúde não permitiram.

Queremos saudar os companheiros novos do Partido da Frente Liberal, porque entendemos que nossa decisão não foi uma decisão individual, mas uma decisão que consulta amplamente o desejo dos milhares de amigos que temos pelo Paraná afora.

Quero, nesta oportunidade, tecer considerações respeitadas à conduta da Bancada do PDS, à qual pertencíamos, especialmente ao aguerrido Líder Luiz Alberto de Oliveira, que nunca nos faltou nas orientações e nas decisões que tomamos nesta Casa.

Do mesmo modo, colho a oportunidade, Senhor Presidente, para manifestar um voto de congratulações ao Deputado Gilberto Maia, Gilberto Carvalho, digo - abro um parêntesis, porque a confusão de nomes é grande - Gilberto Maia é um amigo já extinto, de quem guardamos recordações imorredouras na Cidade de Cascavel -, reporto-me ao Líder Gilberto Carvalho, que desde que assumiu a Liderança do Partido da Frente Liberal desta Casa, teve sempre uma conduta marcada pelo equilíbrio, pela moderação e pela cautela, porque não, e através do trabalho, através do seu testemunho parlamentar é que a Frente Liberal, hoje, é a segunda bancada a ter assento nesta Casa.

Quero, ainda, Presidente e nobres Senhores Deputados, saudar o novo Líder eleito hoje, da Bancada do Partido da Frente Liberal, na pessoa do eminente Deputado Jorge Maia Filho. A Bancada toda, numa forma uníssoma, lhe outorgou a missão árdua, mas que ele, certamente com a competência e com o equilíbrio que tem, haverá de se desincumbir muito bem; a bancada, repito, deu a ele, a missão de conduzir o comportamento e os trabalhos dos homens, dos Deputados do Partido da Frente Liberal, nesta Assembléia Legislativa.

Saúdo o Deputado Jorge Maia, na certeza de que, todos nós nos sentimos co-responsáveis na conduta do trabalho da Liderança da Bancada do PFL, que cabe a Vossa Excelência. Sabemos da árdua missão, mormente num ano político, num ano de eleições bem próximas. Todavia, estamos certos de que Vossa Excelência saberá conduzir

acertadamente a sua missão, para o que conta com o apoio de todos nós.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Djalma de Almeida César) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Rubens Bueno, inscrito.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente e Senhores Deputados. (Lê):

"Aproveitando as comemorações alusivas ao Dia do Bibliotecário, gostaria inicialmente de expressar a toda a classe o meu regozijo pelo transcurso da data. Efetivamente, a profissão liberal de Bibliotecário nasceu, após penosas lutas, da lei n. 4.084 de 1962 sendo somente regulamentada em 1965 através do Decreto n. 56.725. Daquelas datas até aos dias de hoje a classe cresceu muito, sendo que neste momento existem mais de 30 cursos de Biblioteconomia espalhados pelo Brasil, sendo 2 cursos no Paraná.

Seria desnecessário aqui levantar a importância desta classe, habituada a conviver com sérias dificuldades, as mesmas que afetam o setor educacional de um modo geral; digo, desnecessário porque todos nós temos por demais presente, a valia daquele profissional que dentro de uma biblioteca, ou mesmo em outros serviços de prestação de informações, nos facilita o acesso a uma informação desejada. Quem de nós não utilizou ainda os préstimos deste profissional, de destacada importância no acesso à informação, à educação?

No Paraná, mais de quatrocentos bibliotecários plenamente habilitados e atuando nos mais diversos locais, diariamente intermedeiam a informação e o usuário que a ela quer ter acesso. Desde setembro do ano passado, estes profissionais já possuem a sua associação estadual, destinada a manter acesas as principais reivindicações da classe. Uma das principais lutas dos bibliotecários é marcar sua posição não de meros guarda-livros, mas conscientizar a sociedade quanto às potencialidades da profissão; por outro lado, o principal local de trabalho do bibliotecário, a biblioteca, padece neste momento do mesmo mal a que todo o sistema educacional: foi relegado ao esquecimento.

Efetivamente, quando em 5 de novembro do ano passado, desta mesma tribuna, e aproveitando as comemorações da Semana Nacional do Livro e da Biblioteca, nos referimos a este mesmo assunto. Já naquela oportunidade, deixamos transparecer a nossa preocupação face ao atual baixo nível da qualidade do ensino ministrado no País. Anima-nos sobremaneira, o fato de que o interesse pelos problemas educacionais, e de tudo o que lhes está intimamente afeto,

cresceu nos últimos tempos, reação normal da comunidade educacional e da comunidade em geral, após tantos anos de um silêncio imposto. O ensino crítico sempre foi visto como crime de lesa-Pátria pelos generais e seus apaniguados, e neste contexto as bibliotecas foram extremamente prejudicadas, pelo perigo que representavam como fonte de informação adicional ao aprendido.

Por estes motivos existem poucas bibliotecas públicas e inexistem praticamente bibliotecas escolares. Nestas últimas, os acervos são pequenos constituídos de folhetos e publicações esporádicas; os livros de maior interesse são poucos e muito manuseados; as verbas destinadas à aquisição de material bibliográfico, quando existem são quase inexpressivas diante das necessidades.

Foi no sentido de minorar estes problemas que a Secretaria de Estado da Educação, decidiu implantar em todas as unidades da rede oficial, bibliotecas escolares, cumprindo deste modo compromisso assumido durante a campanha eleitoral. Porém, enquanto isto não se realiza, devido a problemas de ordem orçamentária, outros programas têm sido implementados visando o acesso do estudante à informação, bem como alimentando o gosto do aluno pela leitura de obras atuais de interesse geral.

É evidente que estes programas são paliativos, enquanto não se implantam essas bibliotecas escolares. A importância do acesso à cultura, para o aluno e para a coletividade em geral é incontestável e primordial. Em novembro do ano passado, estivemos em Brasília, em audiência no Ministério da Educação, quando entre outros assuntos foi abordado este. Por outro lado, foi apresentado e aprovado nesta Casa, em sessão plenária um requerimento de nossa autoria, autorizando o Poder Executivo a destinar verba consignada no Orçamento Geral do Estado junto à Secretaria de Estado da Educação, visando a criação de bibliotecas escolares em todas as unidades de ensino do Estado.

Não adianta "tampar o sol com a peneira"; o problema está posto, e é absolutamente indispensável que se larguem os paliativos e passemos à viabilização destas bibliotecas. As autoridades estaduais e federais, já cientes do assunto, devem sensibilizar-se para a questão, sob pena de após tantas críticas ao sistema anterior, incidirmos nos mesmos equívocos. O futuro deste País passa indiscutivelmente pela educação; só depois de resolver os problemas que afetam este setor, teremos condições de falar em progresso e justiça social".

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edmar Luiz Costa) - A seguir, ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Gilberto Carvalho, inscrito.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Venho, hoje, à tribuna, com muita alegria, trazer ao conhecimento da Casa e comunicar à Mesa, Senhor Presidente que hoje às 10 horas realizamos a nossa reunião, da Frente Liberal, para a escolha do novo líder. Estou imensamente satisfeito e me considero realizado pelo encontro de nossa Bancada, onde houve despreendimento de companheiros, e depois de conversarmos houve um consenso, e apresento hoje, à Casa, o novo Líder da Frente Liberal, o nosso companheiro Deputado Jorge Maia Filho, deputado que conheço há muitos anos. Posso começar, fazendo referência ao seu pai que, também ocupou assento nesta Casa, o ex-Deputado Jorge Maia. De uma conduta ilibada, dedicado, fiel aos companheiros e sempre meu adversário político na região, porque militava no PDS e eu em outro partido, mas sempre houve respeito, e aprendi a respeitá-lo na última eleição, de que ele participou, ajudando o candidato a Governador, Bento Munhoz da Rocha. Eu, em outra posição, mas o meu Vice-Prefeito, da época, acompanhava Bento Munhoz da Rocha. Ali pude sentir a lealdade, a maneira com que o Deputado Jorge Maia fez política. E agora, encontra-se, hoje, nesta Casa, o Deputado Jorge Maia, seu filho, que segue a mesma conduta, sempre fiel aos municípios que representa. E digo que estou imensamente satisfeito com a eleição de Jorge Maia para a Liderança, que bem desempenhará e saberá conduzir esta Bancada sempre unida.

Quero cumprimentar o Deputado Basílio Zanusso, que concorria também, como candidato, mas que na hora, atendendo o apelo da Bancada, para que houvesse um consenso, entre os dois, Jorge Maia e Basílio Zanusso, houve um entendimento para que saísse com um único candidato, que é a bancada unida.

Sei que nesta Casa a Frente Liberal haverá de dar a grande contribuição para o aperfeiçoamento democrático. E dizer também, da satisfação de saber, que na Bancada majoritária tem à sua frente o grande Deputado Nestor Baptista, que junto haverá de conduzir os trabalhos desta Casa, sempre procurando valorizar. Sei que haverá um entendimento para o aperfeiçoamento democrático, e para o desempenho desta Casa.

O Sr. Rubens Bueno - Permite um aparte, nobre Deputado.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Lamento nobre Deputado, mas falo no Pequeno Expediente,

se não eu daria com todo prazer; se o Presidente conceder, da minha parte não há impedimento.

O SR. PRESIDENTE (Edmar Luiz Costa) - O Regimento não permite a concessão de aparte no Pequeno Expediente.

O Sr. Rubens Bueno - Deputado Gilberto Carvalho, em seguida no Horário das Lideranças do seu partido eu farei o aparte parabenizando Vossa Excelência pelo trabalho na Liderança.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Senhor Presidente, continuaremos na luta como sempre pautamos no nosso trabalho de identificação nesta Casa, certo de que esta bancada, que hoje é a segunda bancada na Assembléia Legislativa do Estado, e é o segundo partido no âmbito nacional. Haveremos de continuar nesta luta, para que o País possa alcançar o que todos os brasileiros esperam, hoje com essa nova medida econômica que todo brasileiro recebeu com alegria, mas sabemos das barreiras a serem enfrentadas; preciso do apoio não só do Congresso Nacional, mas das Assembléias Legislativas, das Câmaras Municipais, dos prefeitos, daqueles que querem a paz, o desenvolvimento e o progresso do nosso País.

Vamos iniciar agora, retornando à Comissão que sempre participamos nesta Casa, procurando também nos trabalhos técnicos dar a nossa contribuição, para o bom desenvolvimento dos trabalhos, nesta Casa.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Edmar Luiz Costa) - Ainda, no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Jorge Maia Filho, inscrito.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Queria agradecer as palavras elogiosas do Senhor Deputado Edgard Pimentel, e seguidamente também elogiosas do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, tanto à minha pessoa, como à pessoa do meu estimado pai, que por muitos anos também militou nesta Casa.

Deixo aqui meu agradecimento afetivo à Bancada do partido da Frente Liberal, que hoje reunida no Gabinete da Liderança, por consenso indicaram o meu nome para seguir à frente da Liderança do Partido, neste ano que teremos pela frente.

Sei que na realidade será uma tarefa difícil, um trabalho árduo, porque estamos vindo de uma Liderança, de um Deputado que há vinte anos pertence a esta Casa, que é o Senhor Deputado Gilberto Carvalho que

conduziu a Liderança do Partido, neste ano também difícil que passou, de uma maneira muito sensata, muito equilibrada, dando com isto maior união à Bancada, e por conseguinte, conseguindo novas adesões ao nosso partido.

Oxalá, eu consiga manter na frente da Liderança do Partido da Frente Liberal, o equilíbrio e a maneira de conduzir o Partido, como filho do nosso Líder, Gilberto Resende de Carvalho.

Já disse o Senhor Deputado Gilberto Carvalho que a Frente Liberal está neste Parlamento para ajudar a aprimorar a democracia no País. Para isso, nós Deputados, nós líderes, Líderes do PMDB, Senhor Deputado Nestor Baptista, Líder do PDT, Senhor Deputado Antônio Belinati, Líder do PCB, Deputado Márcio Almeida, teremos em especial um trabalho para podermos manter essa Casa de uma maneira ordeira e pacífica.

A Frente Liberal continuará na sua caminhada, no seu programa de trabalho, no seu programa de ensinamento, sempre mantendo a nível Federal a Aliança Democrática, para dar a sustentação necessária ao Governo Sarney, e aos seus Ministros, principalmente neste momento em que o País passa a maior revolução econômica de sua História, e que a responsabilidade de nós políticos é darmos uma sustentação perante o povo, para que essas medidas sejam ajustadas e acertadas, e que o nosso País, com isso, consiga sair para sua plena democracia e independência econômica.

A Frente Liberal também manterá a sua linha vigilante, quanto às medidas tomadas pelo Governo Estadual do Paraná, o qual a Aliança Democrática não veio até este Estado, mas que a Frente Liberal saberá apoiar as medidas governamentais do Senhor Governador quando forem favoráveis ao povo do Paraná e também estará de plena vontade e de plena liberdade para criticá-las no momento em que venham a prejudicar o povo do Paraná.

Somos um partido de centro para sustentação e vigília da democracia brasileira, do bem-estar do nosso povo para que mais tarde não possamos ser responsabilizados por um desastre nacional.

Muito obrigado, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Djalma de Almeida César) - Encerrado o Horário do Pequeno Expediente, não havendo Oradores inscritos no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consultamos a Liderança do Partido da Frente Liberal, Senhor Deputado Jorge Maia Filho, se deseja fazer uso do seu horário.

O SR. JORGE MAIA FILHO - A palavra está

destinada ao Deputado Pêricles Pacheco.

O SR. PÊRICLES PACHECO DA SILVA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

Um antigo adágio, que recolhemos de nossos antepassados, recordamos com grande sabedoria que "para grandes males, grandes remédios". E é a partir deste aforisma que pretendemos registrar nos Anais desta Casa nossa posição - e entendemos que também do nosso partido, o PFL - sobre as profundas mudanças ocorridas neste País a partir do anúncio, a 27 de fevereiro último, com a reforma econômica, com o Programa de Estabilização Econômica, anunciado pelo Senhor Presidente da República.

Não pretendemos, mesmo porque seria de todo ocioso, recordar a esta Casa que o País não mais suportaria a avalanche inflacionária que, segundo a segundo, roubava a seiva vital de cada brasileiro, retirando do capital e do trabalho os estímulos essenciais para um verdadeiro progresso, retirando-lhe as bases de sustentação para um futuro que pudesse ser sustentado sob as margens de segurança mínimas, nas ordens econômica e social.

A Nação assistiu, entre estupefata e transbordante de alegria, a faia do Senhor Presidente da República, José Sarney, em reunião ministerial transmitida pelo rádio e pela televisão, ao anúncio do nascimento de uma nova era. Nascia a Era do Cruzado. Nascida uma Nova Ordem, gestada sob o mais rigoroso sigilo, o mais impressionante pacto de silêncio mantido até o fim por uma equipe de homens que formam, a nível nacional, a Aliança Democrática, o grupo parlamentar que dá efetiva e substantiva sustentação à Nova República.

Seria de todo ocioso examinarmos, nesta oportunidade, os detalhes do Programa de Estabilização Econômica, já que a Nação sob ele vive a quase uma quinzena, e os veículos de comunicação o têm detalhado, em todos os seus pormenores, e com a análise das mais abalizadas autoridades - muitas das quais, notoriamente, nada têm a ver com a Aliança Democrática ou com o Governo Sarney. E elas, na quase unanimidade de suas vozes responsáveis - empresários do maior porte dos variados segmentos empresariais, professores universitários do maior respaldo no trato e pesquisa de temas econômico-financeiro; sociólogos; lideranças classistas, de empregados e empregadores - têm dado seu aval ao programa que corresponde a toda uma mudança de curso na vida de cada brasileiro.

Subimos, hoje, a esta tribuna, para não apenas endossar com nossa palavra uma verdade que - como toda verdade - é evidente por si só. Estamos nesta tribuna, particularmente na condição de Parlamentar

que vive as angústias de seu povo, das comunidades que representa e que delas, ao longo dos anos, retirou toda sorte de reclamos contra uma proposta político-administrativa que se mostrava de todo inadmissível.

E hoje, do mesmo povo do qual, ao longo de mais de trinta anos de vida pública, recolhemos e açoitamos os clamores, e as vezes de desespero contra a absoluta falta de perspectiva para o futuro, agora ouvimos justamente novos sons.

Chegam-nos, de todas as partes do Paraná, palavras de integral apoio ao chamado "pacote econômico", iniciado com o Decreto Lei n. 2283, e ampliado com o Decreto n. 2284, este datado de terça-feira, dia 11.

Os adágios, também sabemos todos, refletem a sabedoria popular. Refletem a profunda sabedoria popular, aquela que, se não entende a linguagem aparentemente complicada dos economistas, sabe decodificar, no seu cotidiano, no seu dia-a-dia, no dia-a-dia de suas amarguras e frustrações, o certo do errado.

E o povo, os homens e as mulheres de todos os estratos sociais que nós representamos nesta Casa, Senhor Presidente e Senhores Deputados, aceitou; e aceitou porque entendeu plenamente o chamado "pacote econômico". E o aceitou com unanimidade. Neste ponto, é bom frisar: as chamadas camadas populares, aquelas que mais de perto se viam afetadas por um processo inflacionário galopante, de dezenas de anos, foi às ruas apenas para brindar, para festejar, para viver e fiscalizar a plena execução desta nova era, o novo tempo nascido sob o signo de uma reforma, também monetária em que o cruzado torna-se uma moeda forte para um País que se empobrecia e se aviltava no concerto das Nações.

Também da sabedoria popular retiramos aquele outro adágio - que os latinos nos legaram - "A voz do povo é a voz de Deus". Vox populi, vox Dei.

Sábio, porque a ele cabe parte substantiva no processo de desenvolvimento nacional. Saiu o povo no que ele tem de mais representativo, às ruas, para não meramente expressar regozijo. Mas, tomou ao "pé da letra" a determinação presidencial, para que se transformasse em vigilante defensor de um remédio forte, pesado, duro, até, mas absolutamente necessário para estancar a hemorragia propiciada pela inflação e todos os seus desdobramentos.

É natural que, em momentos de euforia, em tempos de libertação, como este em que a Nação vive, ao libertar-se de pesados grilhões, cadeias que a prendiam a sua sucessão de erros, ocorram exageros.

Não apoiamos - como ninguém de bom

senso pode apoiar, sob pena de aí sim, estarmos a desestabilizar o "pacote econômico" - manifestações de desordem e baderna em nome desta esplendorosa Era do Cruzado.

Não apenas mudou a moeda corrente no País. Não apenas mudou a política econômico-financeira do Brasil. É preciso ir mais longe nestas avaliações, sentindo - também com as camadas mais sofridas de nossa população - que com as medidas determinadas pelo Presidente José Sarney, restabeleceu-se a confiança na autoridade. Restaura-se o respeito aos órgãos encarregados dos programas de fiscalização e que estes terão, o mais rapidamente possível, de adequar suas máquinas operativas à nova realidade.

Este é um momento de forte civismo, que brota do chamado "pacote econômico". Dar-lhe crédito de confiança é obrigação de cada um de nós. Não um acreditar de forma cega, uma aceitação mística, mas um aceitar com base em realidades facilmente demonstráveis pelos arquitetos da nova ordem econômico-financeira e que, na gente simples do povo brasileiro, encontrou seu melhor termômetro. E o povo - os homens e mulheres dos estratos sociais menos privilegiados e aqueles que também compõem as chamadas elites - estão de mãos dadas. Apostam na exequiabilidade de um projeto de mudança que enfeixa momento absolutamente novo, singular, atípico, nas páginas da História do Brasil.

Se não podemos apoiar atos de vandalismo e açulamento da massa, promovidos e gerenciados por demagogos especializados em retirar do cidadão comum o melhor caldo de cultura para suas inconfessáveis intenções - sob o pretexto de apoio ao chamado "pacote econômico", também não há como ficarmos silentes diante de uma auspiciosa verdade que afeta beneficentemente e por igual, a todos os segmentos da sociedade.

A virtude deve agora residir no termo médio, à espera do ajustamento de um programa revolucionário no que esta palavra tem de autenticamente democrática. E este ajustamento vai chegando; o aperfeiçoamento das medidas decretadas não tardará e só tem um objetivo: fazer deste País uma Nação vigorosamente adulta, em que a agiotagem propiciada pela desenfreada especulação inflacionária multiplicavam monstros e fantasmas, segundo a segundo. Monstros e fantasmas que jamais deixariam garantir aos trabalhadores a sua cesta básica e essencial de alimentos, e o atendimento de suas necessidades vitais; e aos setores empresariais, tais fantasmas iam retirando, de forma célere, todo o estímulo para aplicação de seus capitais em atividades produtivas.

Enfim, Senhor Presidente e Senhores Deputados: o momento cívico exige igual-

mente posição crítica, naturalmente. Uma posição crítica que nos obriga, em primeiro lugar, a acompanhar, passo a passo, com ouvidos atentos, os caminhos que o Presidente Sarney e sua equipe nos apontam, porque eles jamais poderão - é o que o momento indica - estarem preocupados senão com o bem-estar e a saúde da Nação.

É esta mesma posição crítica nos leva a condenar aqueles que, aodadadamente, vão aos veículos de comunicação distribuir, sem a menor cerimônia, grosseiras manifestações de repúdio a um projeto que tem, em última estância, nos brasileiros de todos os quadrantes deste País, o seu melhor juiz.

Assim, bem mais do que o mero registro de aplausos a uma proposta revolucionária de mudança de mentalidade, nascida sob a égide desta moeda forte chamada cruzado, nossa palavra é de pedido de reflexão. Reflexão que vem acompanhada de bom senso, prudência, madura capacidade de avaliação. Que tenhamos todos, neste momento, o senso da oportunidade, para que nos envolvamos neste projeto de um novo Brasil, sem emocionalismo, respeitando os que produzem os que tiram das terras o sustento de nosso dia-a-dia; respeitando as opiniões e as avaliações, as ponderações aos diversos setores produtivos; acatando esta grande e ordeira mobilização popular em torno de seus direitos fundamentais, tantas vezes esquecidos, na medida em que faz valer seus direitos básicos.

Cremos, nesta hora, sobretudo, que a Nação, no seu conjunto, sábia e prudentemente, encontrará os canais necessários para dar-se as mãos, unir-se e viver uma nova verdade. Uma verdade que de todos exige sacrifícios, exige a mudança de hábitos fortemente arraigados, mas que, por fim, a todos premiará. Porque, de uma coisa estamos certos: este é o único programa, até agora estabelecido no País, que dispõe dos instrumentais definitivos para que possamos - como nos lembra o Papa Paulo VI, numa de suas encíclicas - a "Progresso dos Povos" - ampliar a mesa dos comensais. E não diminuí-la ou aniquilá-la.

E neste País de homens e mulheres sofridos, o que mais podemos desejar senão que todos, de forma justa, tenham direito à mesa farta, imagem a partir da qual deduz-se que a fartura e a distribuição da riqueza a todos chegarão, no seu tempo justo. Tal como agora começa a acontecer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edmar Luiz Costa) - A seguir, no Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PCB se deseja fazer uso do horário que lhe é destinado.

Ausente, concedo a palavra ao Líder do PDT, Deputado Antônio Belinati. Tendo

declinado, concedo a palavra ao Senhor Deputado Líder do PDS.

Ausente. Por último, consulto o Senhor Deputado Nestor Baptista se o PMDB fará uso do seu horário.

Com a palavra o Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Comparecemos, hoje, à tribuna para rapidamente, quem sabe, prestar nossos primeiros agradecimentos porque temos certeza, outras vezes teremos que voltar aqui para agradecer aquilo que com toda certeza o Governador José Richa haverá de fazer para os agricultores do Vale do Ivaí.

Nós e muitos outros Parlamentares, como é o caso do Deputado Gilberto Carvalho, que também nesta Assembléia já se manifestou por diversas vezes acerca do problema dos agricultores do Vale do Ivaí, temos acompanhado, não só agora, depois de deflagrado o movimento de bloqueio aos bancos, mas acompanhado a vida dos agricultores daquela região todo tempo e todo instante.

E ainda, na semana passada, estivemos em audiência com o Chefe da Casa Civil, com o Senhor Secretário da Agricultura, estivemos aqui, nesta Assembléia Legislativa, conversando com diversos Parlamentares; estivemos no Tribunal de Justiça e estivemos no Banco Central, junto com a comissão de agricultores que lidera o movimento em todo o Vale do Ivaí.

E durante estas conversações que tivemos em especial, o Secretário da Agricultura do Paraná, Doutor Albuquerque e com o Chefe da Casa Civil, Doutor Walter Peçoits, lá fizemos uma sugestão, uma proposta de que numa primeira instância, talvez, impossível de acontecer, mas que no decorrer do tempo nos parece que será possível e talvez, seja realmente, a alternativa mais viável que possamos encontrar, no momento, para o problema dos agricultores.

Naquela ocasião, Senhor Presidente e Senhores Deputados, sugerimos e posteriormente, continuamos a sugerir ao Governador José Richa através do seu secretariado, que o Banco do Estado do Paraná, banco oficial deste Governo, assumisse, ou seja, bancasse os débitos hoje existentes dos produtores com as diferentes agências bancárias, com os diferentes estabelecimentos bancários daquelas cidades do Vale do Ivaí, em especial, de São João, Lunardelli, Jardim Alegre, Ivaiporã, Manoel Ribas, que são, sem sombra de dúvidas, talvez os municípios mais prejudicados com a seca deste último período, mas com estiagens também significativas em outras ocasiões, geadas e tudo mais.

Se naquela primeira instância, no primeiro momento nos parecia difícil, o Banco do Estado assumir esta dívida e depois em seguida sim, promover uma ampla e geral negociação desta dívida porque entendemos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, de que nós não iremos encontrar por mais boa vontade que tenhamos, condições e fórmulas técnicas suficientes e ideais para que possamos atender a todos os tipos de casos e problemas que hoje existem no Vale do Ivaí. Em termos de dívida com o setor, dívidas do setor agrário para com o setor bancário.

Entendemos, portanto, que seria hora do Governo do Estado do Paraná, dar uma demonstração de confiança na agricultura daquela região, dar um apoio efetivo, um apoio sério aos agricultores daquela terra que sempre seriamente trabalharam e bancaram o Banco do Estado do Paraná numa primeira fase desta dívida e depois, numa negociação sem muitas barreiras e fórmulas, de equações de regulamentos, pudesse então, o Banco do Estado, analisando caso a caso, renegociar esta dívida dos agricultores do Vale do Ivaí, que se somada no seu todo, talvez não atinja mais do que 300 bilhões de cruzeiros, ou seja, 300 milhões de cruzados, quantia, no nosso entendimento, bastante insignificante para um banco da potência como o Banestado, mas muito grande para, neste momento, a franqueza com que se encontram os nossos agricultores.

Portanto, Senhor Presidente, anteontem, o Secretário da Agricultura, Doutor Albuquerque, nos ligava e nos dizia de que já tinha recebido do Governador José Richa o sinal verde, para junto com o nosso Secretário das Finanças, o Vice-Governador João Elísio Ferraz de Campos, os dois o nosso Secretário da Agricultura, o nosso Secretário, autorizados pelo nosso Governador, a encontrar meios, encontrar as condições necessárias e ideais, para que o nosso Banco do Estado pudesse, então bancar essa dívida e renegociá-la com os produtores daquela região.

Portanto, Senhor Presidente, é motivo para virmos a essa tribuna,

O Sr. Gilberto Carvalho- Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Orlando Pessuti, quero cumprimentar Vossa Excelência, pela posição firme que tomou, no apoio aos agricultores da região do Vale do Ivaí.

Acompanhei bem de perto, participei de algumas reuniões, deixei de comparecer na reunião de Ivaiporã, porque naquela época um assunto que deveria ser tratado pelos agricultores, era um assunto que eles iam decidir, se davam trégua ou não, mas na reunião de Borrazópolis eu estive presen-

te, fui a Brasília, mas conheço seu trabalho sério também desempenhado, porque alguns foram querer fazer média, demagogia. Vossa Excelência fez um trabalho sério e eu o cumprimento por esta reivindicação e espero que o Governo dê um apoio mais efetivo, porque até agora foi um apoio tímido que nos deixou até revoltado, quando via Santa Catarina dando todo o apoio e o nosso apoio, aqui no Paraná, recebendo apoio governamental e do próprio Secretário da Agricultura que esteve, mas dizia que não falava em nome do Governador.

Fico satisfeito e espero que o Governo venha atender, porque agora com essas novas medidas econômicas vai deixar de realizar aquelas vendas de cinco, dez alqueires, o agricultor abandonando a lavoura para por dinheiro no banco, a prazo fixo, agora ele vai aplicar e então é preciso que na lavoura dê um incentivo, porque eles estavam desanimados, no fim de cada ano, porque não sobrava nada e por isso eles pensavam em colocar na poupança, agora com apoio mais efetivo nós vamos ter produção para evitar a necessidade de estar importando produtos.

A nossa lavoura haverá de dar a resposta, qualquer ajuda ao agricultor, principalmente no Paraná, será um investimento e não será uma ajuda.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço o aparte do Deputado Gilberto Carvalho, realmente tem razão ele quando fala das idas e vindas a Brasília e tudo mais. Realmente o Deputado Gilberto Carvalho foi um baluarte nesta luta junto conosco e outros Parlamentares, mas principalmente se solidarizou com os agricultores daquela região que ao longo de tantos anos ele vem representando aqui nesta Assembléia.

Mas, finalizo, Senhor Presidente, Senhores Deputados dizendo que se uma luz está aparecendo no final do túnel, já é motivo para nos alegrarmos. Nós temos que ter a firmeza de que quem conhece o problema dos agricultores daquela região e que não pode, em momento algum, abandonar esta luta, na próxima sexta-feira, inclusive estaremos lá naquela região para mais uma reunião com essa comissão de agricultores e esperamos, que de fato, o Governo do Estado do Paraná tome esta posição de o nosso Banco do Estado bancar esta dívida, para que possa ela ser renegociada numa condição mais favorável.

Porque se isso não acontecer, se os nossos agricultores não conseguirem pagar a sua conta, eles vão acabar perdendo a vontade, como muitos já estão perdendo a vontade de permanecer no meio rural ou estarão perdendo a vontade de continuar no Estado do Paraná e isto para nós é ruim,

porque a partir do momento em que estivermos vendo e acompanhando a saída de paranaenses do nosso Estado, nós estaremos nos entristecendo, estaremos perdendo nossa gente e muito pior ainda, é que estaremos assistindo uma Reforma Agrária às avessas.

O Paraná luta para reassentar dez mil famílias sem terras, se não fizermos nada pela agricultura do Paraná em especial, pela agricultura e os agricultores do Vale do Ivaí, com toda certeza nós veremos, só neste ano de 1986, com toda a certeza mais de cinquenta mil famílias deixarem o nosso solo indo morar nas periferias das grandes cidades ou indo tentar a sorte em novas fronteiras em outras regiões. Portanto, quem reassenta dez e deixa ou assiste cinquenta mil sair, está dando condições para que a reforma agrária aconteça às avessas.

Por esta razão é que nos congratulamos com o governador José Richa, com o Secretário da Agricultura e com o Secretário das Finanças, esperando que os três nesta discussão e nesta análise que irão fazer, junto ao Banestado, consigam encontrar os caminhos para que essa dívida seja assumida pelo Banestado, e, posteriormente, renegociada em condições favorecidas para os agricultores no Vale do Ivaí.

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Como não havia encerrado o Horário de Liderança do PMDB, nós gostaríamos, evidentemente com a permissão de Vossa Excelência, encerrar, em nome da Liderança, o agradecimento e o elogio ao Deputado Gilberto Carvalho por sua atuação durante este ano, na Liderança do Partido da Frente Liberal, e desejar sucesso ao Deputado Jorge Maia, em nome da Bancada do PMDB, para que permaneça o mesmo nível de respeito e de admiração que nós mantemos por esse partido político.

O SR. PRESIDENTE (Djalma de Almeida César) - A Mesa fará anotar.

O SR. PRESIDENTE - (Djalma de Almeida César) Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Nestor Baptista, na qualidade de Líder do Governo e PMDB, constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado Rubens Bueno como substituto do seu nome em todas as Comissões Técnicas Permanentes desta Casa, quer na condição de Titular, quer na de Suplente. - À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos,

constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 281/85, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Jaguapitã, os imóveis de sua propriedade, constituídos dos lotes ns. 3 e 4 da Quadra n. 26 e lote n. 5 da Quadra n. 30, do perímetro urbano daquele Município, com área de 2.118,54m², conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Publicado no D.A. n. 115/85, de 29/10/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 281/85

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, o presente plano de lei tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Jaguapitã, imóvel de propriedade do Estado que especifica.

Analisando-se a proposição sob os seus aspectos legais e constitucionais, temos que o mesmo não encontra qualquer óbice quer legal ou constitucional que possa obstaculizar a sua normal tramitação por esta Casa, e tendo em vista a justificativa apresentada pelo seu autor, que nos convence da sua oportunidade, opinamos FAVORAVELMENTE à sua APROVAÇÃO. É o parecer.

Sala das Comissões, em 09 de dezembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;
EZEQUIAS LOSSO - Relator.

O SR. PRESIDENTE - (Djalma de Almeida César) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 25/85, oriundo da Mensagem Governamental n. 02/86, que trata do reajuste do funcionalismo civil e militar do Estado. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezzi, constante do expediente, solicitando a suspensão das sessões plenárias dos dias 18 e 19 de março do corrente ano, para que os Srs. Deputados possam participar do Fórum de Debates sobre Irrigação e Reflorestamento. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos estudantes da Universidade Federal do Paraná, do curso de Arquitetura e Urbanismo, participantes da XI Conferência Latino Americana de Escolas e Faculdades de Arquitetura. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de correspondência, à Sra. Secretária da Educação, encarecendo a construção de uma sala para o funcionamento da secretaria do Colégio Estadual Santo Inácio de Loyola - Ensino de 1.º e 2.º Graus, do Município de Fênix. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo liberação de cem

carteiras para o Colégio Estadual Padre Antônio Vieira Ensino de 1.º e 2.º Graus, do Município de Engenheiro Beltrão. — **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, encarecendo a construção de duas salas de aula no Colégio Estadual Adauto Silva Rocha — Ensino de 1.º e 2.º Graus, do Distrito Administrativo de Luziana, Município de Campo Mourão. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do BANESTADO, por intermédio da Secretaria

das Finanças, visando a implantação de um posto avançado no Distrito Administrativo de Salles de Oliveira do Município de Campina da Lagoa. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a construção de um posto de saúde na localidade de Taquarimbé, Município de Araruna. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Previdência, encarecendo maior cota hospitalar para o Município de Boa Esperança. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Superintendente da SUREHMA, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a perfuração de um poço artesiano na localidade de Tereza Breda, Município de Barbosa Ferraz. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do aniversário do Município de Tibagi. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 22.º aniversário do Município de Telêmaco Borba. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de louvor à Editora e Publicidade Quitandinha Ltda., pelo lançamento da primeira edição do Jornal "A Voz de Quitandinha". — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, para que o mesmo determine ao DER, no sentido de que a estrada que liga os Municípios de Pinhão a Cruz Machado, passe a ser conservada pelo mesmo. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação encarecendo a construção de um prédio ou de salas de aula no Colégio Estadual Dr. Cândido de Abreu, do Município de Cândido de Abreu. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente

ao Sr. Diretor Geral da Secretaria da Educação, encarecendo a criação de um Curso Supletivo no Colégio Vitor, no Município de Cambé. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Geral da COBAL, encarecendo a implantação do Programa de Alimentação Popular no Município de Cambé. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encarecendo a construção de um novo prédio para o Fórum do Município de Cambé. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente

ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a conclusão do novo prédio da Delegacia de Polícia do Município de Cambé. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente do BANESTADO, por intermédio da Secretaria das Finanças, encarecendo a instalação de um Posto de Serviços na região denominada Cinco Conjuntos, no Município de Londrina. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 281/85.

Marca ainda, uma sessão extraordinária, para logo após com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 286/85.

Levanta-se a sessão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Comissão Executiva desta Casa, informações quanto a composição da Mesa, tendo em vista a mudança do Deputado ocupante do cargo de Segundo Secretário de partido minoritário, para o partido da bancada majoritária.

Quando das eleições para escolha da Mesa, com mandato no biênio 85/86, existiam dois partidos (PMDB, majoritário, PDS, minoritário). Em acordo e seguindo a praxe de todos os Parlamentos do País, em costume que já se incorpora aos direitos consuetudinários, atribuiu-se ao partido minoritário, ocupar a Segunda Secretaria.

Em eleições internas da bancada do PDS, foi escolhido o Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, para ocupar o cargo, nessa representação partidária.

Mudando de partido o Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, incorporando-se à bancada majoritária, ficou a Mesa Diretora inteiramente formada por in-

tegrantes do PMDB, falseando o princípio de representação das minorias.

Nosso entendimento é de que o cargo de Segundo Secretário não pertence ao Deputado, e sim às minorias hoje existentes na Casa (PDS, PFL, PDT e PCB), a quem compete indicar novo nome para ocupar essa posição, constituindo a mudança de partido do atual ocupante uma virtual e clara renúncia de representação que recebeu de sua anterior bancada.

Para conhecer a posição da Comissão Executiva perante tais fatos, é formulada a presente consulta.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1986.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Esta Presidência responde ao eminente Deputado Erondy Silvério, sobre a indagação apresentada em data de ontem, durante a Sessão Plenária da Tribuna.

1. — CONSIDERANDO que a recomendação do Art. 37 do Regimento Interno insere-se na afirmação — “tanto quanto possível”;

2. — CONSIDERANDO que o mandato dos membros da Mesa Executiva é de dois anos — Art. 29 — III, Letra F, da Constituição Federal;

3. — CONSIDERANDO que o fato exposto — mudança de partido político — não se enquadra nas prescrições dos Arts. 9 e 10 da Constituição do Paraná, nem nos casos do Art. 70 do Regimento Interno da Casa, que prevê as vagas nas Comissões e muito menos se enquadra nas proibições dos Arts. 34 e 35 da Constituição Federal,

Nestas condições, a Lei permite que parlamentares mudem de sigla partidária, sem o cometimento de

qualquer sanção ou restrição aos mandatos que estejam cumprindo. Assim o fez o ilustre Deputado Ezequias Losso — Quarto Secretário da Mesa Executiva que pertencia ao PDS, em data de 22/10/85, ingressando no PFL e levando consigo a Quarta Secretaria.

Apesar do consuetudinário prescrever a ocupação da Segunda Secretaria pelos partidos que compõem as minorias e a mudança de partido deixar ante- ver uma espécie de renúncia da representação recebida por seus pares partidários antigos, não existem dispositivos legais que possam amparar as pretensões contidas no requerimento do nobre Deputado Erondy Silvério.

A não ser pela perda, extinção do mandato ou renúncia, não há vacância a ser preenchida. Dentro do princípio geral de direito e sua própria hierarquia, os usos e costumes não superam a lei sancionada e, mesmo dentre essas, a supremacia da Lei Constitucional é patente.

Para que tal pretensão pudesse ter êxito, necessário seria a modificação dos textos, tanto da Constituição Federal, Estadual, bem como do nosso Regimento Interno.

Ademais, neste caso, exige o Regimento uma nova eleição da qual todos os Senhores Deputados participam e são candidatos, com as exceções apenas de quem esteja enquadrado em impedimento pela reeleição.

Publique-se, aos 04 de março de 1986.

(a) Deputado NILSO SGUAREZI
Presidente.